DOI: 10.4025/jphyseduc.v32i1.3261

Artigo Original

A INDEPENDÊNCIA DA ANTIDOPAGEM BRASILEIRA: NO CONVÍVIO DO ESTADO E DAS FEDERAÇÕES ESPORTIVAS

THE INDEPENDENCE OF BRAZILIAN ANTIDOPING AS TO THE TIES BETWEEN THE STATE AND SPORTS FEDERATIONS

Daniel Giordani Vasques[1], Flávio Py Mariante Neto[2], Nicole Marceli Nunes Cardoso[1] e **Marco Paulo Stigger[1]**

[1]Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, Brasil.
[2]Universidade Luterana do Brasil, Canoas-RS, Brasil.

RESUMO
Os processos de mundialização e de harmonização da antidopagem, liderados principalmente pela Agência Mundial Antidopagem (WADA), produziram uma série de instituições interessadas, que, segundo os atores, devem atuar de forma independente, especialmente dos Estados nacionais e das federações esportivas. No Brasil, porém, a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) foi criada em 2009 como uma secretaria do Ministério do Esporte. O objetivo deste trabalho foi analisar de que formas os atores se associam e sustentam um discurso de independência na luta antidopagem brasileira. A partir de uma inserção etnográfica, que incluiu entrevistas e análise documental, este estudo descreve, nos caminhos da sociologia pragmática e no uso do conceito Eliasiano de interdependência, as aproximações da agência nacional antidopagem, em especial, com atores do governo bem como com a federação brasileira de futebol. Nesse sentido, utilizamos os conceitos de interdependência e de harmonização para analisar as associações e, desse modo, refletimos sobre o discurso de independência ao apresentar os interesses nas associações entre os atores.
Palavras-chave: Doping nos Esportes. Governo. Unesco. Política Pública. Ética.

ABSTRACT
The anti-doping globalization and harmonization processes, led mainly by the World Anti-Doping Agency (WADA), produced a series of interested institutions, which, according to the actors, must act independently, especially from national states and sports federations. In Brazil, however, the Brazilian Doping Control Authority (ABCD) was created in 2009 as a secretariat of the Ministry of Sports. The objective of this paper was to analyze how the actors associate and sustain a discourse of independence in the Brazilian anti-doping fight. Based on an ethnographic insertion, which included interviews and documentary analysis, this study describes, in the ways of pragmatic sociology and with the use of the Eliasian concept of interdependence, the approximations of the national anti-doping agency, especially with government actors as well as with Brazilian football federation. In this sense, we use the concepts of interdependence and harmonization to analyze associations and, thus, we reflect on the discourse of independence when presenting interests in associations between actors.
Keywords: Doping in sports. Government. Unesco. Public Policy. Ethics.

Introdução

Uma das etapas da Volta da França de 1998 de ciclismo, evento esportivo de alta visibilidade, o carro de uma das equipes (equipe Festina) foi encontrado repleto de drogas que supostamente seriam usadas pelos atletas para aumentar seu rendimento esportivo. A legislação civil da França já proibia a dopagem no esporte, mas nem todos países cumpriam isso. Esse evento despertou a necessidade de se criar uma agência internacional que definisse padrões para a antidopagem e, assim, coordenar os esforços das federações esportivas e das autoridades públicas. Alguns estudos e biografias[1-3] apresentam o "caso Festina" para justificar a criação da Agência Mundial Antidopagem (WADA), pois ali, segundo eles, se legitimou uma necessidade de se ter maior controle do uso de substâncias proibidas no esporte.

O Comitê Olímpico Internacional (COI), principal responsável pela antidopagem à época, tomou a iniciativa e convocou a primeira Conferência Mundial sobre Doping no Esporte, sistematizando-a a seu modo de forma a criar uma entidade de antidopagem sob sua tutela. Porém, ocorreram alguns ataques dos ministros do esporte da Inglaterra e dos Estados Unidos

às políticas frágeis do COI e à sua legitimidade. Com isso, fizeram com que a criação da agência internacional antidopagem mudasse de rumo. A partir dali a WADA passou a ser dividida entre os países-membros e as instituições esportivas, e surgiu, com alguma resistência por parte do COI[1], como uma instituição mais autônoma frente às federações esportivas - já que 50% dos membros e 50% do financiamento da WADA são responsabilidades dos Estados-nação.

À WADA interessava que as agências nacionais antidopagem (NADO, na sigla em inglês) tivessem autonomia frente às federações esportivas, no entanto, isso situou-as por vezes mais próximas aos órgãos do Estado, relacionando-as com as políticas públicas de cada nação. Esses movimentos podem incutir em aproximações não desejadas pelo mundo antidopagem, como ocorreu no caso de *doping* institucionalizado na Rússia. As hipóteses da reportagem que denunciou esse caso[4] foram ratificadas por investigações[5] que confirmaram que o Estado russo ocultava intencionalmente casos de *doping* através da RUSADA (Agência Antidopagem Russa), o que resultou em punições da WADA para diversos atletas russos, mas também para federações, laboratório e agência antidopagem.

No Brasil, a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD), a NADO do país, foi construída, a partir de 2009, como uma secretaria do Ministério do Esporte do Estado brasileiro; até 2019, era uma secretaria do Ministério do Esporte, após, virou uma diretoria da Secretaria de Esportes. Os dirigentes presentes no momento da sua criação afirmaram que a ideia inicial era situá-la "fora", assim como sucede em outras agências reguladoras do Estado brasileiro (como ANVISA e ANATEL, por exemplo, que são agências reguladoras do Estado brasileiro, e possuem certa autonomia em relação ao governo). Entretanto, esses interlocutores afirmaram que em função das pressões da WADA para o funcionamento da agência nos Jogos Olímpicos, não haveria tempo plausível, já que o tempo de criação de uma agência nesse formato seria maior que o disponível até os Jogos. Fez-se presente, dessa forma, uma ação governamental que visou à aproximação da NADO com o Estado.

A ABCD teve dois grupos gestores no período analisado: um de 2009 a 2016 formado por servidores advindos principalmente do Ministério do Esporte; e outro de 2016 a 2018 com funcionários que, anteriormente, eram mais próximos às federações esportivas. Isso está relacionado com o cenário político da época. Logo após o *impeachment* da presidenta Dilma, em 2016, a gestão da ABCD foi completamente alterada, assim os cargos da segunda gestão foram ocupados por pessoas que já atuavam com *antidoping* antes da ABCD, quando o *antidoping* era organizado principalmente por confederações esportivas e empresas privadas. Essa gestão esteve mais próxima das federações e foi composta por gestores envolvidos no meio esportivo, como ex-atletas e professores de Educação Física (havia atores da segunda gestão da ABCD que advinham do handebol e do judô).

As duas gestões formaram grupos distintos e conflituosos, tanto nos interesses e aproximações, quanto nas acusações de má gestão e críticas de um lado a outro, o que abriu uma série de controvérsias[6] que permitiram visualizar os interesses e ações ali empregados pelos atores. A utilização do termo "controvérsia"[7] pretende descrever a existência de argumentos contrários com relevância suficiente para questionar as ações que estão postas. Para Latour[6], as "caixas-pretas" se abrem a partir da ação de se movimentar no tempo e no espaço para encontrarmos as controvérsias na sua construção e as soluções que possibilitaram fechar a "caixa-preta" – em outros termos, isso representa encerrar a controvérsia, ou ao menos deixá-la irrelevante o suficiente para o sistema funcionar.

Tendo em vista a importância do discurso produzido pelas instituições antidopagem e, em certa medida, pelo mundo esportivo, sobre a independência (utilizado neste trabalho como uma expressão nativa) das agências nacionais frente tanto aos Estados como às federações esportivas, política da WADA com relação à criação e atuação das NADOs, a pergunta de pesquisa que procuramos responder foi: Como as acusações e críticas na luta antidopagem brasileira podem ser lidas como a tradução de um discurso clássico da comunidade mundial

antidopagem, a independência? Com base nisso, o objetivo deste trabalho foi analisar de que formas os atores se associam e sustentam um discurso de independência na luta antidopagem brasileira.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo caracteriza-se como uma etnografia multisituada[8]. Dessa forma, o pesquisador se inseriu no universo da antidopagem esportiva para conviver, observar e participar das ações junto aos atores. Assim, os dados foram produzidos nos locais em coletas antidopagem, cursos de formação, eventos esportivos, laboratórios, conversas informais, conferência de países e em outros espaços da inserção etnográfica, além de 16 entrevistas semiestruturadas com oficiais de controle, dirigentes esportivos e da antidopagem, membros dos governos, donos de empresa e diretores de laboratório, bem como de análise de documentos públicos. A ação de seguir[6] a ABCD foi realizada durante dois anos, de 2016 a 2018. Os protocolos dessa pesquisa foram submetidos ao Comitê de Ética e aprovados sob o parecer 2.081.732 , assim, foi obtido o consentimento dos participantes.

As categorias que construímos para refletir sobre a noção de independência advêm do campo. A primeira descreve e analisa as aproximações e distanciamentos da ABCD com o Estado brasileiro, enquanto a segunda explora as aproximações da agência nacional com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Nesse sentido, propomos refletir sobre a "independência" da ABCD do Estado e das federações esportivas a partir de duas categorias empírico-analíticas. Nesse sentido, a noção de interdependência de Elias[9] e o conceito de harmonização proposto por Demeslay[10,11] vão auxiliar na leitura sobre a "independência" da instituição antidopagem nacional.

Aproximações da ABCD com o Estado: rupturas e rearranjos na antidopagem

A ruptura institucional mostra a ABCD como política de governo

As articulações que depuseram a presidenta Dilma, as denúncias sobre a primeira gestão da ABCD e a exoneração de João Pedro Wurtz – que atuou na ABCD de 2009 a 2016 – ocorreram num período de dois meses: de maio a julho de 2016. Essas três ações acabam por ter relações entre si, já que resultaram na mudança de todos os funcionários da ABCD nesse período. O *impeachment*, assim, não se relaciona com a ABCD, mas tem repercussões na sua constituição. O então vice-presidente, ao assumir, nomeou atores de partidos da sua base governista, a qual se mostrou aliada à deposição presidencial — a bem dizer, partidos que eram a favor da retirada da presidenta e que, com essas nomeações, mostraram-se aliados quando da votação final contra ela no Senado. Alguns entrevistados afirmaram que esse "loteamento de cargos" que ocorreu quando o vice assumiu a presidência, tinha como propósito angariar votos para a deposição definitiva da presidenta.

O PMDB, atualmente MDB, assumiu o Ministério do Esporte, e Leonardo Picciani foi nomeado ministro em maio de 2016. Nesse momento, havia ocorrido uma denúncia sobre a primeira gestão da agência que envolvia o uso de uma empresa contratada pelo Ministério para cerimoniais. Wurtz foi deposto no início de julho, sendo que duas versões sobre essa exoneração foram relatadas: uma associada à mudança de governo, e outra relacionada às denúncias sobre o uso dessa empresa. Rogério Sampaio, do mesmo partido, é nomeado para comandar a ABCD no dia seguinte a essa deposição.

A mudança de desse dirigente, aliada à mudança de todos os funcionários da ABCD – que demorou até outubro de 2016 –, certamente foi um momento de ruptura na instituição. Segundo entrevistados, não houve espaço para transmissão de conhecimentos de uma gestão para outra. As políticas se alteraram: foram nomeadas pessoas próximas às federações esportivas, realizaram-se controles com mais inteligência e conhecimento, parou-se a formação

de novos DCOs – Oficiais de Controle de Dopagem, os quais devem ter formação especializada e cumprir as normas do Código Mundial Antidopagem[12]. Mas também houve mais dificuldade para cumprir as demandas da WADA, já que a antiga gestão tinha aproximações com a Casa Civil e o Planejamento, o que não ocorria com esta segunda gestão. Os rearranjos, ou seja, as novas formas de se associar aos atores para que as ações se estabilizassem, foram realizados a partir de julho com outros atores, como as confederações esportivas e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Porém, havia poucas associações com atores do governo de outros ministérios.

A declaração de conformidade é uma concessão da WADA às agências nacionais e depende do cumprimento de metas estabelecidas pela agência mundial. Agências não conformes não podem realizar controles antidopagem. Como em novembro de 2016 a ABCD foi declarada em 'não conformidade', é possível afirmar que este espaço de estabilização tenha sido pequeno, já que durou apenas alguns meses. Com esta sanção, um rearranjo com outras alianças foi formado para alcançar a 'conformidade', e os espaços de estabilização foram maiores a partir da 'conformidade' em abril de 2017.

Os momentos de ruptura, reajuste ou rearranjo são espaços instáveis e temporários que acabam por se acomodar e gerar uma estabilização dos atores. A ideia aqui é mostrar como estes processos geraram estabilizações, modificando as políticas da agência brasileira anteriores ao conflito. Ao mesmo tempo, essas associações mostram como as políticas da ABCD estiveram diretamente associadas às políticas de governo, já que quando o governo foi alterado, as pessoas e políticas da ABCD também o foram. Esse processo nos faz pensar que, ao contrário de uma "independência" da ABCD frente às políticas de Estado, é visível uma relação de interdependência da NADO brasileira com o governo, entre *antidoping* e política pública.

O conceito de interdependência construído por Elias[8] descreve que o que mais importa no tratamento teórico das configurações é compreender que as ligações entre os indivíduos formam uma teia de interdependência no qual não só o "meio" interfere nas atitudes do sujeito, como este é, também, um agente nas relações. Por isso, o autor sugere que é fundamental no tratamento desses problemas das ligações sociais se queremos resolver a questão de quais são as relações que ligam as pessoas umas às outras, constituindo os alicerces de sua interdependência.

Nessa perspectiva teórica e relacionando com os dados sobre a constituição, pode-se concluir que a ideia de "independência" da ABCD pode ser relativizada, na medida em que a sua relação com o governo e com as instituições federais é latente. Isto posto, a reflexão que parece mais óbvia é que a agência se constitui com um dos elementos de uma configuração em que os alicerces (agência, governo e instituições) têm uma relação entre si. Essa interdependência se constitui como uma relação configuracional em que os elementos, para se manterem, dependem uns dos outros, para, citando Elias[8] mais uma vez, manterem o equilíbrio estável das tensões. Porém, esses elementos ainda não estão completos se não descrevermos a relação da agência com as empresas privadas, estas, as empresas, como um elemento constitutivo dessa configuração – formada também pelo Estado e, como veremos, pelas federações esportivas. A partir dessas ideias, o próximo tópico versará sobre essa relação.

As aproximações com empresas privadas provocam quedas

A segunda gestão da ABCD também foi alvo de denúncias, sendo que a que teve maior efeito recaiu sobre seu diretor de operações, Maurício de Almeida, que foi acusado publicamente de possuir uma empresa de coleta *antidoping* e, ao mesmo tempo, de atuar no controle da ABCD. Uma outra denúncia que recaiu sobre ele estava associada a Ronaldo Deschamps - médico próximo ao COB referência na antidopagem no país que coordenou essa área nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Segundo as reportagens, Segundo as reportagens, a ABA (...) teria forjado um documento para favorecer uma empresa privada que

seria ligada a Mauricio. Todas essas denúncias teriam levado, segundo entrevistados, à exoneração do diretor de operações da ABCD em novembro de 2017, apesar de este argumentar que saíra em razão de outras oportunidades de trabalho.

As denúncias que resultaram na queda do diretor Maurício provocaram reajustes na ABCD com a ascensão de funcionários que já estavam na secretaria. O diretor de operações era o único funcionário da ABCD com experiência na antidopagem. Quando ocorreu a sua exoneração, já havia um conhecimento acumulado pelos outros funcionários da agência; porém, ninguém havia trabalhado nessa área anteriormente. Outros reajustes foram feitos: nesse período de 2017-2018, dois secretários da agência nacional foram promovidos a secretários da SNEAR (Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento), e a ABCD teve nomeações de pessoas próximas às federações esportivas.

As aproximações das agências nacionais antidopagem com empresas privadas são permitidas pelas normas internacionais, já que, segundo estas, à agência cabe organizar o sistema e planejar os controles. Realizar os controles pode ser, assim, uma tarefa realizada por empresas privadas contratadas. Os argumentos de defesa de Maurício iam nesse sentido. Entretanto, não é considerado ético um ente público contratar e pagar com verba pública por serviços realizados pela empresa de sua própria família. Nesse sentido, as aproximações da ABCD com esta empresa privada resultaram na queda de um dirigente e no afastamento da agência nacional de instituições privadas. Este caso isolado de aproximação acabou por incentivar que os controles antidopagem fossem realizados por oficiais da própria ABCD (ou da CBF, como veremos adiante), mantendo laços de interdependência com o Estado, e, em certa medida, mais autônoma frente às empresas privadas.

Aproximações da ABCD com as federações: rearranjo ABCD-CBF

A configuração da antidopagem brasileira é também formada pelos entes esportivos, representados especialmente pelas federações de modalidades específicas. Como dito, o sistema antidopagem mundial reivindica a "independência" das agências nacionais dos governos e das instituições esportivas. Nesse tópico, porém, apresentamos os laços e amarras construídos entre a ABCD e a CBF para, em um processo de harmonização, realizar os controles no futebol.

O jornalista Juca Kfouri, em sua coluna na Folha de São Paulo[13] — intitulada "Dopar, no Brasil, pode. O que não pode é descobrir o *doping*" —, ao repercutir o documentário da rede alemã ARD[14] em torno do *doping* no Brasil, afirmou que a "ABCD nunca teve vida fácil entre a cartolagem nacional, avessa aos exames de surpresa, prática internacional". Ele embasa o seu argumento em três atores: nas reclamações do COB, cujo diretor afirmou que a agência brasileira testava demais; na CBF, que não realizava controles fora-de-competição; e na presença de 'cartolas', dirigentes esportivos ligados às federações, dentro da antidopagem. A seguir, relatam-se as aproximações com esse conflito entre ABCD e CBF, e mostra-se como ele foi mais ou menos estabilizado a partir de um acordo firmado entre eles.

Uma reportagem do jornal O Globo[15] de fevereiro de 2016, publicada também no *site* da autoridade nacional, afirmava que "a ABCD e a CBF estão em queda de braço". A agência nacional iniciou suas testagens em 2015; porém, a CBF já tinha consolidada há bastante tempo a sua Comissão Nacional de Controle de *Doping*, que detinha exclusividade sobre os testes realizados nos atletas de futebol em competições nacionais, e não aceitou que a ABCD realizasse os testes nesta modalidade, querendo manter para si estes controles. O secretário da ABCD afirmou, na notícia, que a agência brasileira será a única "autoridade para testes no país", e que isso atendia às normas da WADA. Ele ainda criticou que com a CBF somente substâncias básicas podiam ser detectadas, que não havia testes surpresa, que a maioria dos campeonatos estaduais não realizava testes, e que os testes eram acumulados para serem enviados ao laboratório, o que contrariaria as normas da WADA, já que as normas da WADA indicam que as amostras devem ser enviadas a um laboratório credenciado o mais breve possível após serem

coletadas e, assim, não fiquem acumuladas.

Ronaldo Deschamps, que já era opositor à primeira gestão da ABCD, argumentou, na notícia, que a federação de futebol não recebia dinheiro público, e por isso não precisaria se submeter ao órgão federal. Este argumento de o futebol não receber dinheiro público é muito debatido, pois apesar de aparentar não haver repasse direto de dinheiro, há repasses indiretos nas formas de patrocínio de empresas estatais, isenções fiscais, facilidades de financiamento, entre outros. Além disso, afirmou que o controle sobre os testes é um aspecto importante para a autonomia da CBF. O ator da Comissão de Controle de *Doping* da CBF, Roberto Sorento, argumentou ser a autoridade designada pela FIFA (Federação Internacional de Futebol), e que somente ela poderia tirar dele esta autoridade.

A Medida Provisória 718/2016 e o Decreto 8.692/2016, promulgados em 16 de abril de 2016, consolidaram a ABCD como a única instituição de teste para o país. Doze dias depois, foi realizado um Simpósio de Controle *Antidoping* na sede da CBF, sendo que a notícia veiculada[16] no mesmo dia no *site* da entidade informava "ABCD, CBF e FIFA juntos no controle antidopagem". Na época, o secretário da ABCD acumulava a função de Ministro do Esporte — já que o ministro na época se havia exonerado da função. Leis que legitimavam a autoridade brasileira haviam sido promulgadas. Os discursos da CBF e da ABCD descreviam um "esporte limpo", um "atleta que joga limpo" e "que não busca artifício", "jogo limpo". Roberto Sorento afirmava ser um dia muito importante, e realçava o fato de que os 50 médicos que atuavam como DCOs pela CBF haviam recebido curso de formação da ABCD e poderiam continuar atuando no controle antidopagem, mas agora sob a coordenação da agência nacional.

A ABCD anunciou[17] no seu *site*, no dia 02 de maio, que o Campeonato Brasileiro de Futebol de 2016 teria controle antidopagem fora-de-competição — uma medida do acordo de transferência da autoridade de teste de controle de dopagem do futebol profissional da CBF para a ABCD. Os controles em-competição, no entanto, continuariam sendo executados pela federação de futebol — uma exceção dentro do esporte brasileiro acordada entre as instituições. A ABCD, a partir de então, tem sido a autoridade de teste no futebol, tanto em-competição como fora-de-competição; porém, nos exames em-competição a coleta e o pagamento dos controles são delegados pela ABCD para a CBF. Um dirigente da CBF explica quem faz o controle em-competição no futebol brasileiro.

> Eu não faço mais parte dessa empresa de controle de *doping*, que hoje [julho de 2017] é a empresa de controle de *doping* contratada pela CBF. Ela faz única e exclusivamente a coleta. Então, nós temos um sistema de [anti] *doping* que tem uma empresa contratada, que se chama *Antidoping* Brasil, e a empresa simplesmente e exclusivamente põe médicos e DCOs nas partidas de futebol. […] A empresa tem 400 DCOs. […] Os campeonatos estaduais é a mesma empresa que faz. […] A gente tem uma única gestão de *doping* no futebol, que é minha a gestão. A empresa contratada é a *Antidoping Brasil* porque ela me apresentou todos os DCOs certificados FIFA, certificados ABCD, portanto, à WADA. Então, ela tem dupla certificação. (Entrevista com Roberto Sorento)

Um acordo de cooperação da ABCD com a CBF começou a ser aplicado. Portanto, a partir de maio de 2017, foi dada à agência nacional a autoridade de teste para todos os controles no futebol. Em troca, os oficiais de controle que fariam os testes seriam os mesmos da Comissão da CBF, já que eles teriam realizado um curso de atualização com certificação da ABCD, e assim atuariam pela NADO. Alguns testes fora-de-competição começaram, assim, a ser realizados em atletas do futebol brasileiro. Wurtz explica em detalhes como foi a construção desse acordo entre as duas instituições.

> Eu construí o acordo com a CBF. [...] assinei um acordo com o presidente Marco Polo no final de março de 2016, por aí. [...] O chefe, Jorge Pagura […] e Marco Polo, eu

> trabalhei pra ele, fui diretor dele na Federação Paulista. Então, eu construí ao longo de meses com o Pagura, depois com o Marco Polo e com a área jurídica da CBF. [...] A WADA disse pra mim: "É raro no futebol mundial o que você conseguiu aqui". [...] E o que combinamos: uma construção que nós estudamos muito [...] O controle de dopagem no futebol tem enormes fragilidades em relação ao padrão internacional, mas está dentro do modelo FIFA de certa maneira. E o governo tem enormes fragilidades e nem tinha musculatura pra fazer um controle de dopagem como devia ser o futebol, na dimensão do futebol que é muito grande no Brasil. Financeiramente, pessoas, tudo. Então, nós tínhamos que olhar assim: eu tenho a série A, série B, série C, série D, Copa do Brasil, [...] feminino, e depois me espalho pelas 27 unidades, as federações estaduais, onde eu tenho as *big* como São Paulo, onde tem quatro divisões, sub19, sub, sub, sub, tenho as de tamanho médio e as pequenas. [...] Assinamos assim: a partir daquele momento, a CBF passava à ABCD a autoridade de teste. Era irregular na lei, a lei estabeleceu que a única autoridade de teste no país era a NADO, a ABCD. [...] A ABCD delegava a autoridade de coleta para a CBF nos testes em-competição. Então, a CBF poderia contratar a empresa do Sorento ou qualquer outro, qualquer um pra fazer as coletas, respeitadas as determinações da regra internacional, que seria a da ABCD. Mas a autoridade de coleta nos jogos seria a da CBF. Sendo autoridade de teste, caberia à ABCD decidir quais seriam as análises. Os resultados das análises do laboratório viriam para a ABCD, só ela poderia receber por que ela é autoridade de teste. Então, o laboratório deveria informar o ADAMS [Sistema de Administração e Gestão Antidopagem] e informar a ABCD. A gestão da notificação pra amostra B, etc., seria feita pela ABCD. O que a ABCD concedia também à CBF por usos, costumes e tradição […] A CBF seria notificada pela ABCD e ela notificaria o clube ao invés da ABCD. Eu concordei em manter como era uso e costume do mundo do futebol desde que existiu isso. A ABCD comunicaria a CBF e a CBF comunicaria o clube. Eu concedi que seria assim, topei. E nós estabelecemos que nos casos dos controles fora-de-competição, que passariam a ser normais, a ABCD seria teste e coleta. E pagaria também. Construímos assim por que o teste na competição vai pra conta do clube, o fora-de-competição é decisão autônoma da ABCD que teria impacto no orçamento do clube, se eu decidisse fazer sempre, triplicaria o custo do clube e eu não poderia fazer isso. Se eu quero fazer esse controle, eu ponho no meu orçamento. Este é o acordo assinado em vigor [...]. Marco Polo confia muito em mim, eu nele. O Pagura também entendeu legal. Então, ele topou, em vez de ficar brigando você faz uma coisa junto. Construímos um modelo muito legal, que você preserva a sua independência, mas coloca no guarda-chuva do mundo da WADA. O ADAMS, antes desse acordo, estava tudo corroborado, eles nunca usaram o ADAMS. Eles passariam a estar no ADAMS […] esse acordo foi muito bem recebido pela WADA. (Entrevista com João Pedro Wurtz)

O acordo construído entre as duas instituições fez com aparecessem associações anteriores desse personagem com os dirigentes da CBF, o que não estava visível até então. E possibilitou que a agência nacional fosse autoridade de teste em todos os controles no futebol brasileiro, o que constava na lei, mas não era cumprido. Para que isso acontecesse, o acordo não alterou quase nada do que a comissão *antidoping* da CBF fazia: ela continuou realizando os controles em-competição com seus DCOs, e executando o papel de comunicar resultados adversos para o clube e o atleta, em vez de a NADO realizá-lo.

A AUT é a Autorização de Uso Terapêutico que a NADO pode conceder em caso de necessidade médica para um atleta tomar uma medicação que contenha uma substância proibida. A ABCD possui uma comissão médica que analisa os pedidos de AUT realizados pelos atletas. A análise das AUTs pela agência brasileira, por sua vez, causou certa instabilidade, já que a ABCD e a CBF tinham interpretações diferentes sobre o momento de notificar o atleta com resultado adverso. Por fim, as ações da CBF mantiveram-se praticamente estáveis, e o acordo propiciou mudanças para a ABCD, que se propôs a realizar (e a pagar) e a gerenciar os controles fora-de-competição.

Um dirigente da CBF explicou como funcionaram os primeiros controles fora-de-

competição no futebol brasileiro. Segundo ele, as questões logísticas eram importantes, e a CBF atuou conjuntamente nesses controles — apesar de a ABCD ter, pelo acordo, autonomia para fazê-los sozinha. A ideia de o planejamento para controles ser realizado em conjunto com a federação esportiva foi uma política da segunda gestão da ABCD. Uma análise menos cuidadosa dessa parceria entre as instituições para controles fora-de-competição poderia eliminar o efeito surpresa dos controles, já que a proximidade entre federação e clube pode fazer com que informações sigilosas sejam utilizadas por clubes e atletas. Segue a declaração do dirigente da CBF.

> O clube, se for série A. [...] A ABCD me telefona e aí a gente combina: "Olha, essa semana nós vamos fazer o Estado de São Paulo. Então, nós estamos pensando em ir no Corinthians, Palmeiras, Santos… essa semana". A inteligência é importante, mas a logística é um dado que a gente tem que pensar. Por exemplo, duas semanas atrás teve uma parada nos campeonatos da CBF, pois foi a semana dos campeonatos da Sul Americana. Então coincidiu de o Palmeiras estar em São Paulo, o São Paulo estar na capital também, o Corinthians e o Santos. Então, [...] os DCOs dessa empresa representando a CBF, e os DCOs da ABCD fazem uma força-tarefa, e abordam o clube, é de surpresa realmente. […] A ABCD está alinhada com a gente agora. Fazem de uma maneira profissional. A ABCD está num momento bom. (Entrevista com Roberto Sorento)

O futebol possui especificidades no controle antidopagem que o diferencia das demais modalidades esportivas — tanto que o regulamento que a CBF afirma seguir é o regulamento da FIFA, e não o da WADA. A agência nacional buscou com esse acordo e, com a formação dos oficiais de controle da CBF, uma forma de harmonizar os procedimentos. Os dirigentes da CBF, por sua vez, afirmam que prestam contas à sua federação internacional, e não à agência mundial. Um dirigente do futebol, ao apontar diferenças entre as normas antidopagem da FIFA e da WADA, afirmou que, por exemplo, "a FIFA não permite que você faça exame *antidoping* nas férias do jogador. (…) Uma hora, nós vamos ter que entender que o futebol é um esporte diferente dos outros esportes."

A noção de harmonização é um termo nativo na antidopagem esportiva que é usado por diversos documentos da WADA para se referir ao processo de mundialização das normas, padrões e regras. Ao estudar a instituição mundial da antidopagem, Demeslay[9] considerou que a harmonização remonta à ideia de dois momentos, um estado inicial das regulamentações anterior a um interesse político de pôr fim a uma diversidade de textos e de práticas. Para jogar a basculante de um a outro, trata-se de considerar a harmonização dentro de um processo maior que compreenda os diversos chamados à harmonização, a elaboração progressiva de diferentes regulamentações, os eventos à origem de um centramento sobre esta missão, os processos decisórios que induzam sua ação, a evolução das regulamentações, as dificuldades postas para sua aplicação, etc. Nesses casos, este processo é pontuado por uma pluralidade de etapas que colocam em tensão jogos de atores em oposição e/ou cooperação ao longo do tempo e onde a análise constitui o interesse.

Os processos de harmonização raramente se dão sem contestação, ao contrário, são concretizados a partir de discussões, negociações e acordos, coordenações, controvérsias nas polêmicas, e fechamentos dos debates. Dessa forma, pode-se verificar que a necessidade de que a ABCD pudesse atuar como única autoridade nacional, inclusive no futebol, fez com que houvesse uma relação de colaboração construída entre a ABCD e a CBF. Em suma, os processos de harmonização da antidopagem dentro do Brasil demonstraram que o discurso de independência da ABCD frente às federações esportivas não se sustenta empiricamente. Ao contrário, os dados e análises apontam para uma relação de interdependência que confere a cada

ente uma autonomia relativa frente às normas, padrões e regras antidopagem.

Certamente, um dos fatores que fez com que a CBF participasse dos controles e, assim, se mantivesse nessa relação de interesse mútuo, foi a sua capacidade financeira. A CBF fazia em 2016 cerca de cinco mil controles por ano no país, o que custava mais que cinco milhões de reais – e quem os paga são os clubes. A ABCD não teria capacidade de pagar por esses controles a mais.

A estabilidade das ações da CBF foi desarranjada pela avaliação de uso dos AUTs, a cargo da ABCD em 2017, e que gerou críticas de dirigentes do futebol, os quais entendiam que a gestão de resultados realizada pela ABCD deveria considerar qual era a substância encontrada, ver o histórico médico do atleta, enfim, realizar uma "espécie de perícia médica". A CBF criticou as ações da ABCD, que enviava resultados adversos sem AUT diretamente à promotoria e ao Tribunal para julgamento e punição.

Essa crítica da CBF parece estar associada às denúncias do documentário produzido pela rede alemã ARD[18], as quais puseram em dúvida a quantidade de resultados adversos em atletas de futebol para corticoides e consideraram que as penas do Tribunal para esses casos eram baixas, porque os argumentos de contaminação estavam sendo considerados. Para a federação de futebol, a gestão de resultados deveria considerar o uso de corticoides e de diuréticos a partir de uma perícia médica da própria CBF. As associações que a CBF mostrou nesse caso sugerem uma relativização do resultado adverso por corticoide. O documentário, por sua vez, denunciou a manipulação nas farmácias, o argumento da contaminação e a redução da pena no Tribunal ao se usar esse argumento. Além disso, mostrou um estranhamento que parece confrontar a ideia de perícia médica sem AUT prévia proposta pela CBF. Todas essas associações reveladas pelo acordo ABCD-CBF possibilitaram, assim, questionar o controle de *doping* no futebol brasileiro.

As associações da ABCD com a CBF possibilitaram uma harmonização das ações antidopagem no país. Esse arranjo manteve certas especificidades para o futebol relacionadas às questões financeiras – "por usos, costumes e tradição", como afirmou Wurtz — e à dimensão do futebol, o que manteve a estabilidade dos arranjos sociotécnicos. As instabilidades ocorreram a partir das críticas da CBF para a gestão de resultados, o que modificou as associações e permitiu a visualização de interesses da federação de futebol.

Conclusões

Iniciamos esse trabalho perguntando: Como as acusações e críticas na luta antidopagem brasileira podem ser lidas como a tradução de um debate clássico da comunidade mundial antidopagem, a independência? Mais sucintamente, o que desejamos saber é se "faz sentido" o discurso muitas vezes conclamado de independências de agências esportivas, no caso deste estudo, a ABCD.

Com essas dúvidas, apresentamos nas páginas seguintes material empírico substancial que daria conta, em nossa percepção, de mostrar como os agentes configuracionais (agência, governo, empresas privadas e federações esportivas) têm, entre eles, uma relação de simultaneidade ou, do ponto de vista teórico Eliasiano, uma relação de interdependência. Os elementos se constituem a partir e em relação aos outros. Um não existiria sem o outro.

Desse ponto de vista, suscita-nos a conclusão que o termo "independência" é um discurso superficial, que não se sustenta do ponto de vista de uma discussão teórica e empírico-analítica. Deste modo, o que se percebe é que a existência da agência está ligada a uma configuração instável, que se faz e se desfaz para manter o equilíbrio das tensões.

Os processos de harmonização, usados pela WADA para a mundialização da antidopagem, mas empregados neste estudo como forma de entender as aproximações da

agência nacional com a CBF, acabaram por ratificar a interdependência entre os agentes da configuração.

Por fim, importante ressaltar que é necessária uma reflexão que vislumbre auxiliar o entendimento do campo das instituições esportivas a refletir sobre estas construções de discursos que se distanciam da análise empírica e onde as intenções são eticamente questionáveis. Não há independência de elementos. Sob a ótica empírica desse texto e sob a construção teórica advinda dessas reflexões, o que se diz independente é, na verdade, rodeado de outros elementos que não só lhe dão sentido para existir, mas que têm também, sobre ele, uma série de interesses e relações de poder.

Referências

1. Hanstad DV, Smith A, Waddington I. The establishment of the World Anti-doping Agency: a study of the management of organizational change and unplanned outcomes. Int Rev Soc Sport 2008;43(3):227-49. Doi: https://doi.org/10.1177/2F1012690208100552
2. Hamilton T, Coyle D. A corrida secreta de Lance Armstrong: nos bastidores do Tour de France: doping, armações e tudo o que for preciso para vencer. São Paulo: Seoman; 2013.
3. Ljungqvist A. Brief history of anti-doping. Med sport sci 2017; 62:1-10. Doi: https://doi.org/10.1159/000460680
4. Seppelt H. The secrets of doping: how russia makes its winners. 2014 [acesso em 21 Mai 2020]. Disponível em : https://www.youtube.com/watch?v=iu9b-ty9jcy&t=22s
5. Mclaren RH. The independent person report. 2016 [acesso em 29 jul 2018]. Disponível em https://www.wada-ama.org/en/resources/doping-control-process/mclaren-independent-investigation-report-part-i
6. Latour B. Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede. São paulo: edusc; 2012.
7. Latour B. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São paulo: Unesp; 2000.
8. Marcus G. Etnografia en/del sistema mundo: o surgimento de la etnografia multilocal. Alteridades 2001[acesso em 08 jul 2021]; 11(22):111-27. Disponível em: https://alteridades.izt.uam.mx/index.php/alte/article/view/388/387
9. Elias N. Introdução à sociologia. Lisboa: Edições 70; 2014.
10. Demeslay J. L'institution mondiale du dopage: sociologie d'un processus d'harmonisation. Paris: Pétra; 2013.
11. Demeslay J. Harmoniser la lutte antidopagem: quelques critiques d'une gouvernance mondiale. L'homme & la société 2016;199(1):145-58. Doi: https://doi.org/10.3917/lhs.199.0145
12. WADA. [internet]. Código mundial antidopagem. 2015 [acesso 29 jul 2018]. Disponível em: https://www.wada-ama.org/sites/default/files/resources/files/codigo_mundial_antidopagem_2015.pdf
13. Kfouri J. Dopar no brasil pode. O que não pode é descobrir o doping. Blog do Juca. Folha de São Paulo [Internet]. 2017 Jun 15 [acesso em 16 abr 2020]. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/colunas/jucakfouri/2017/06/1893151-dopar-no-brasil-pode-o-que-nao-pode-e-descobrir-o-doping.shtml
14. ARD. [Internet]. Doping top secret: brazil's dirty game. 2017 [acesso em 14 set. 2017]. Disponível em: http://www.daserste.de/sport/sportschau/videosextern/doping-top-secret-brazil-s-dirty-game-100.html
15. Knoploch, C. ABCD luta para assumir testes de dopagem no futebol. O Globo [Internet]. 2016 Fev 3 [acesso em 16 abr 2020]. Disponível em: https://oglobo.globo.com/esportes/abcd-luta-para-assumir-testes-de-dopagem-do-futebol-18595334?utm_source=facebook&utm_medium=social&utm_campaign=compartilhar
16. CBF. [Internet]. ABCD, CBFe FIFA juntos no controle antidopagem. 2016 Abr 28 [acesso em 08 jul. 2021]. Disponível em: https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/index/abcd-cbf-e-fifa-juntos-no-controle-antidopagem
17. ABCD. [Internet]. Campeonato brasileiro de futebol 2016 terá controle de dopagem fora-de-competição. 2016. [acesso em 16 abr. 2020]. Disponível em: http://www.abcd.gov.br/noticiasbanners/51-noticias-banner-lista/600-campeonato-brasileiro-de-futebol-2016-tera-controle-de-dopagem-fora-de-competicao
18. ARD. [Internet]. Doping top secret: brazil's twelfth man. 2018 [acesso em 18 jul. 2018]. Disponível em http://www.ardmediathek.de/tv/sportschau/doping-top-secret-brazil-s-twelfth-man-/das-erste/video?bcastid=53524&documentid=53772136

ORCID dos autores:
Daniel Giordani Vasques: http://orcid.org/0000-0001-8955-9676
Flávio Py Mariante Neto: https://orcid.org/0000-0002-3240-9914

Nicole Marceli Nunes Cardoso: https://orcid.org/0000-0001-5137-1950
Marco Paulo Stigger: https://orcid.org/0000-0001-9014-6668

Recebido em 27/05/20.
Revisado em 18/03/21.
Aceito em 22/03/21.

Endereço para correspondência: Daniel Giordani Vasques. Avenida Bento Gonçalves, 9500, prédio 43815, sala 210. Bairro: Agronomia. Porto Alegre, RS, Brasil, CEP: 91509-900. E-mail: dgvasques@hotmail.com